



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO E DE  
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS – GMF  
Av. Jerônimo Câmara, Nº 2000, Nossa Senhora de Nazaré, Natal/RN, CEP 59060-300

Termo de Adesão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, representado pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Execução de Medidas Socioeducativas (GMF) ao Termo de Cooperação Técnica n. 037/2020, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério Público do Trabalho (MPT), para os fins que especifica (Processo SEI nº 07556/2020).

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, representado pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Execução de Medidas Socioeducativas (GMF), com sede na Av. Jerônimo Câmara, 2000, Nossa Sra. de Nazaré, Natal - RN, CEP 59060-300, CNPJ nº 08.546.459/0001-05, neste ato representado por seu Supervisor Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Execução de Medidas Socioeducativas (GMF), Des. Glauber Rêgo, no uso das suas atribuições legais e regimentais, RESOLVE, por meio do presente instrumento, aderir ao Termo de Cooperação Técnica n. 037/2020, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério Público do Trabalho (MPT), que tem por finalidade a cooperação mútua para realização de estudos, desenvolvimento de metodologias de inspeção prisional e aperfeiçoamento de práticas resolutivas e estruturantes para implementação da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional – PNAT, com vistas à expansão de projeto de empregabilidade de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional.

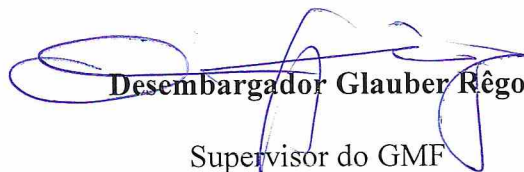
O presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura, com vigência até o término do Termo de Cooperação Técnica n. 037/2020, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério Público do Trabalho (MPT).

A efetivação do presente Termo de Adesão dar-se-á mediante as condições estabelecidas em Plano de Trabalho específico.

O CNJ providenciará a publicação deste Termo de Adesão, em extrato, no Diário Oficial da União.

E por estar de pleno acordo, este Tribunal de Justiça assina o presente Termo de Adesão, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Natal/RN, 03 de julho de 2024.

  
**Desembargador Glauber Rêgo**  
Supervisor do GMF